



# Câmara Municipal de Campo Belo

ESTADO DE MINAS GERAIS

## EMENDA MODIFICATIVA Nº 26/2025

**Emenda Modificativa nº 26/2025 ao Projeto de Lei Complementar nº 006, de 3 de junho de 2025, do Poder Executivo que “Dispõe sobre a estruturação do Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos do Município de Campo Belo, estabelece normas gerais de enquadramento e dá outras providências”.**

A presente emenda vem modificar a redação do art. 27, do Projeto de Lei Complementar nº 006/2025, do Poder Executivo, para que:

ONDE SE LÊ:

“**Art. 27.** Até 120 (cento e vinte) dias a contar da publicação desta Lei, [...]”

LEIA-SE:

“**Art. 27.** Até 60 (sessenta) dias a contar da publicação desta Lei, prorrogáveis por igual prazo mediante competente fundamentação, [...]”

Sala das sessões, 6 de outubro de 2025.

*João Eduardo Freire Teodoro*  
**João Eduardo Freire Teodoro**

Vereador – Relator

Comissão Especial de Análise ao  
Projeto de Lei Complementar nº 006/2025

**Thales Patrocínio Camilo**

Vereador – Vice-Presidente

Comissão Especial de Análise ao  
Projeto de Lei Complementar nº 006/2025

*Bruna Lorraine Silva Cardoso*  
**Bruna Lorraine Silva Cardoso**  
Vereadora – Presidente  
Comissão Especial de Análise ao  
Projeto de Lei Complementar nº 006/2025

COMISSÕES:

06/10/25

CFFO

CSAS

CCJ

CSFM

COMISSÕES:

06/10/25

CPDAMA

CDDMF

CDHMIR

CEEC



# Câmara Municipal de Campo Belo

ESTADO DE MINAS GERAIS

## **Justificativa:**

A presente emenda busca otimizar o processo de regulamentação do Plano de Cargos, Carreiras e Vencimentos ao reduzir o prazo inicial de 120 para 60 dias, com possibilidade de prorrogação por igual período mediante justificativa fundamentada. Essa alteração equilibra a necessidade de celeridade na implementação das normas com a garantia de qualidade técnica na elaboração dos atos regulamentares.

Ao estabelecer um prazo mais curto, a medida assegura maior agilidade na definição dos critérios de progressão e promoção, beneficiando os servidores com previsibilidade em suas carreiras. Simultaneamente, a previsão de prorrogação justificada preserva a capacidade da administração de realizar estudos técnicos adequados quando necessário, evitando decisões precipitadas.

A exigência de fundamentação para eventual prorrogação reforça os princípios da transparência e responsabilidade na gestão pública, permitindo o controle social sobre o processo. Dessa forma, a emenda concilia eficiência administrativa com segurança jurídica, atendendo tanto aos interesses da administração municipal quanto aos direitos dos servidores públicos.